

**Accção
Realís
ta**

**revísta
quínzenal**

Na séde da Acção Realista recebem-se donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados.

SUMARIO

| | |
|--|------------------------|
| <i>Lemma de educadôres</i> | por Pinheiro Torres |
| <i>Rainha e Santa</i> | » Azevedo Neves |
| <i>A memoria dos Braganças</i> | » T. de Mello Breyner |
| <i>O Rei morreu. Viva o Rei!</i> | » Antonio Cabral |
| <i>Um Rei que não reinou</i> | » M. de Oliveira Ramos |
| <i>Ecos.</i> | |
| <i>Carta aberta aos meus amigos e companheiros</i> | » H. de Paiva Couceiro |
| <i>Acção Realista Portuguesa.</i> | |
| <i>Livros</i> | |

EXPEDIENTE

Estando a ser enviados para o correio os recibos da assignatura da 2.^a serie, muito nos obsequiam os nossos estimaveis assignantes se os satisfizerem logo que lhes sejam apresentados, evitando-nos assim, despezas da sua devolução.

E no caso de terem sido devolvidos antes de pagos, muito agradecemos nos remetam a importancia para evitar nova despeza de cobrança.

Toda a correspondencia relativa à administração deve ser endereçada ao editor desta revista sr. Antonio Ferreira Junior.

Dois pedidos fazemos hoje aos nossos estimados leitores:

1.º que concorram, na medida das suas posses, para a subscrição do diário da Acção Realista;

2.º que cada um consiga, pelo menos, mais um assinante desta revista.

AÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

| | | |
|--|-----------------------------------|--|
| Redacção e Administração RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA | EDITOR António Ferreira Junior | Assinaturas (Pagamento adiantado) SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS Numero avulso — 1\$000 réis |
|--|-----------------------------------|--|

Lemma de educadôres

O luminoso estudo de Ramalho Ortigão sobre o Rei martyrisado, inserto na *Gazeta de Noticias*, do Rio de Janeiro, em 11 de março de 1908, que teve immensa repercussão, abre pela transcrição d'um trecho da carta escripta por D. Carlos a Mousinho de Albuquerque por ocasião da sua escolha para aio do Principe D. Luiz Filippe, que tambem soffreu o martyrio, derramando o seu sangue innocente sobre a terra bem amada da Patria.

As lapidares palavras d'el-rei que convem recordar, divulgar e fixar são estas: — «Tenho grandes imperfeições como homem e como rei. Os meus defeitos procedem de duas causas: primeira, a hereditariedade na gestação do meu ser; segunda, a influencia do meio em que nasci e me criei. Considero como primeiro dos meus deveres de pae eliminar ou, quando menos, restringir, por meio da educação mais attenta e escrupulosa, no temperamento, na intelligencia e no character dos meus filhos, a intervenção dos elementos que actuaram na minha tão imperfeita compleição».

De todas as cartas ultimamente publicadas do grande Rei — sublime no serviço do seu reino, por cuja prosperidade e grandeza luctou, soffreu e morreu — apesar de todas documentarem, na sua despretenciosa fórma uma agudissima intelligencia, exemplar probidade, coragem physica e moral, extrema bondade e dedicação até ao sacrificio por Portugal, nenhuma d'ellas exalta tanto a sua memória, como aquella de que copiamos as graves e profundas palavras, que é dever recordar, difundir e fixar em nossas almas, inclinadas devotamente n'uma commovida homenagem de justiça e de reparação.

Essas palavras austeras revelam-nos a seriedade e profundeza de espirito de el-rei D. Carlos, que sabiamente procurava conhecer-se, penetrando em sua consciencia, n'um rigoroso exame denunciador da sua intensa vida interior. Quantas horas de meditação ellas não representam! Que contraste com o homem frivolo, despreocupado dos problemas que interessavam a nação, não pretendendo senão o goso e a vida facil e commoda, que nos apontaram os seus adversarios n'uma feroz e ignobil campanha de calumnias, desfeitas hoje uma por uma.

Repare-se ainda na rara coragem com que El-rei diz toda a verdade, embora esta o póssa diminuir e humilhar.

Quantos como Elle?

«Tenho grandes imperfeições como homem e como rei», escreve. Simplesmente admiravel e edificante esta confissão cahida d'um trôno! Como ella, bem vistas as coisas, honra e enobrece quem a proferiu. Só um homem moralmente superior teria a coragem de a fazer. Não põe ella em evidencia, irrefutavelmente, um honrado, forte e nobre character, com o culto sagrado da Verdade?

Este grande da terra, este soberano que pela sua acção pessoal conseguiu para o seu paiz uma situação internacional como ha muito não tinha, não trata de disfarçar e esconder as insuficiencias que em si notára; denuncia-as para que se corrijam e supram em seus filhos, sobretudo no moço e gentilissimo Principe, que lhe havia de succeder. E assim se manifesta, a que ponto chega o seu interesse pelo futuro da sua Patria, que amava apaixonadamente mesmo nas suas payzagens, que reproduzia em seus quadros, em cuja factura se associavam estreitamente o artista e o portuguez. Esse interesse determinava-o a buscar todos os meios para que o herdeiro da corôa fosse mais tarde um grande Rei, capaz de continuar a obra de rectificação e reconstrução que tão criteriosa, leal e patrioticamente iniciára.

Amôr de Pae, amor da Patria, perfeita comprehensão da sua missão na terra. Como em vida foi ignorado este grande portuguez!

N'aquellas palavras transcriptas, palavras d'ouro, foca-se com precisão e certeza o valor da educação: está n'ellas a clara revelação d'um psychologo e d'um educador. São todo um programma, e, como diz o querido Mestre do *Culto da Arte em Portugal*, poderiam ser lemma de todos os que teem a missão de crear homens e de educar nações.

Pinheiro Torres

Organização rica e complexa, tendo naturalmente bom e mau, mas muito mais bom do que mau, a distancia a que já hoje o vemos serve, como a tudo o que possui grandeza, para melhor definir a linha geral do seu perfil, esbatendo e fazendo desaparecer qualquer feição mais imperfeita. E seja qual fôr o juizo que uma prevenção hostil ou uma errada e incompleta apreciação hajam formado a seu respeito, o que ninguem com fundamento e imparcialidade poderá contestar-lhe, é a posse de três qualidades — Intelligencia, Bondade e Coragem — difficeis de encontrar reunidas na mesma individualidade de soberano, cada uma das quaes servia bastante para tirar a memoria de D. Carlos da valla comum que na Historia tambem ha para os reis.

João Franco Castello-Branco.

RAINHA E SANTA

A amargura infiltra-se no subconsciente e modifica o sentimento e sua expressão. Um profundo desgosto transforma a personalidade, accentua certos predicados e attenua outros, define e torna mais nitidos o modo de ser d'um individuo. O homem forte não sosobra na catastrophe, a energia torna-se mais robusta e mais rígida a vontade; quebrará sob o peso da desdita, mas nada vance o seu inflexível character. A desgraça não o aniquila, quando os dons congenitos e adquiridos se distinguem pela firmeza.

A Rainha Senhora D. Amelia é um exemplo excepcionalissimo d'um nobre e grande character. A adversidade nunca a desviou da linha de bem-fazer e de sacrificio que constituiu sempre a razão e a finalidade da Sua Existencia. Soube, pelo dominio da vontade inquebrantavel, aprimorar os naturaes dotes do coração para que o pensamento sómente se lembrasse dos que soffrem e os actos tivessem como único intuito a pratica da bondade.

Educada na religião christã, transformou em norma de viver o grande e divino principio da doutrina de Jesus Christo, — o bem pelo bem. Quando as virtudes da mulher se elevam até ao grau em que se distinguem as da Senhora D. Amelia, só ha um nome para as synthetisar, — o de Santa.

As duas grandes catastrophes da Sua vida, — aquella cuja data se recorda hoje em maguada tristeza, e a que a baniu da terra onde muitos annos viveu inteiramente consagrada a obras de benemerencia, — não fizeram naufragar ou sequer diminuir o amor por este paiz e o desejo de reatar a sua missão de sacrificio, e de bondade, procurando os que soffrem para lhes minorar as dores, acudindo aos desditosos para conduzir no caminho da honra e da virtude os que estavam prestes a desfallecer.

Ao commemorar-se o dia d'hoje, lembrem-se os mortos, o grande Rei D. Carlos e o Principe Real, mas não esqueçamos os sobreviventes, o bellissimo talento d'El-Rei D. Manuel e a excelsa Rainha Senhora D. Amelia, que tem, como El-Rei, o maior desejo de voltar a esta terra, tão ingrata para Ella, a fim de proseguir na Sua grande obra de bem. Grande character o da Senhora D. Amelia, que a adversidade não quebra, sublime coração que nas suas amarguras sabe reservar força para novos empreendimentos com o fim de minorar a infelicidade dos outros. Rainha e Santa.

Azevedo Neves.

AMIGOS, CONTRIBUÍ PARA O JORNAL
DA ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA!

A memoria dos Braganças

A memoria dos Braganças por ser grande e de boa qualidade é que é muito fallada.

Ha quem falle d'ella com admiração e respeito, mas ha tambem quem a cite no sentido deprimente como attributo de gente apoucada.

Já lá vae o tempo em que havia quasi desprezo pelos homens de boa retentiva e em que os pretensos portadores d'uma intelligencia perfeita fingiam não ter memoria alguma sem se lembrarem que é possível e até vulgar haver creaturas ao mesmo tempo desprovidas d'uma cousa e d'outra.

Citam-se cretinos, malucos e matutos com muita memoria, mas a d'essa gente é sem nexo, disparatada e bem differente da que tem o homem intelligente e sem a qual não é possível haver sabedoria.

Celebres pela memoria foram Garrett, Castilho, Herculano, Latino Coelho, Magalhães Coutinho, Oliveira Martins, o Conde de Ficalho, Souza Martins, D. João da Camara, para não citar senão alguns dos nossos homens notaveis já mortos, mas que pertencem á época contemporanea.

Não consta que haja grandes homens desmemoriados.

Sem mesmo subir até muito alto pela historia dos nossos Reis só encontramos, d'então para cá, pessoas de valôr.

Principiando, por exemplo, em D. João VI, vemos que esse Monarcha tão bem estudado em obras e opusculos variados e sobretudo no livro magnifico do erudito historiador brasileiro o Dr. Oliveira Lima, não póde ser deixado de considerar como governante intelligente e notavel pela sua intelligencia, tacto, bondade e ponderação.

Só por birra jacobina ou por ignorancia crassa poderá dizer-se o contrario.

Valor politico, diplomatico e militar teve-o D. Pedro IV de Portugal e I do Brazil.

Seu filho D. Pedro d'Alcantara, 3.º Imperador, mereceu a consideração de todos os sabios do Mundo. Sua filha e nossa Rainha D. Maria II governou Portugal de modo a ser admirada e louvada por homens como foram Leopoldo I da Belgica, Luiz Filippe, Rei dos Francezes e Lord Palmerston. D. Pedro V morreu aos 24 annos deixando uma bem merecida fama de Rei talentoso e culto. Seu irmão D. Luiz I foi o Rei Marinheiro e bom mathematico, cultor eximio das bellas letras bem como das bellas-artes, politico arguto e ponderado. El-Rei D. Carlos I era o Rei-Artista por excellencia, Diplomata, Politico, Orador fluente e muito elegante. Seu filho primogenito, o malgrado e Bem-Amado Principe D. Luiz Filippe, era para todos os portuguezes uma esperanza por isso que em tudo se parecia com o seu Augusto Pae.

Sua Magestade El-Rei D. Manuel que tem gasto a sua vida d'exilio estudando, observando, trabalhando, meditando e procurando conviver com gente de valor, é hoje em dia um homem dum saber tão vasto e tão solido, d'uma intelligencia tão fina e dum tal encanto que impressiona quantos d'Elle se approximam.

Não ha duvida, pois, que estes Braganças de boa memoria que eu citei são todos Elles tambem Principes de notavel entendimento.

El-Rei D. Carlos que tinha a memoria nitida das factos, dos numeros, das datas, das côres, das formas, dos sons, dos nomes ; esse Principe admiravel que sabia de cór formulas da alta mathematica e quando não as sabia tinha uma intelligencia agudissima para poder deduzil-as ; Elle que recitava sem a falta d'uma palavra ou d'uma entoação largos trechos de poesias latinas, francezas, inglezas, allemãs, italianas, hespanholas e portuguezas, era o mesmo senhor que podia dizer de repente e de cór as características d'um peixe ou d'uma ave, citar nomes, datas ou factos sempre com exatidão que assombrava.

Bastava que uma vez lhe dissessem o nome d'alguem para nunca mais o esquecer e quando na sua presença citavam apenas um apellido logo El-Rei acrescentava o nome e o sobre-nome. Com esta faculdade de poder tratar as pessoas pela sua graça fez colheita grande de gente amiga.

Uma vez, no Paço das Necessidades e poucos minutos antes da hora de jantar, El-Rei D. Carlos entrou na sala d'espera e ali fallou *pelos seus nomes* ao capitão e ao subalterno da guarda d'honra que mudava todos os dias. Depois, em vez de ficar conversando, como costumava fazer, passou á sala contigua, onde chamou o chefe dos creados.

Logo se apresentou o velho Fortunato a quem Sua Magestade disse que não queria n'aquella noite vêr determinado creado de meza. Pondo-lhe a mão no hombro e com o sorriso de bondade com que sempre acompanhava uma ordem, accrescentou que nada tinha contra o rapaz, que só lhe queria bem. Prohibia, porem, que n'aquella noite elle apparecesse.

E' que esse creado vinha a ser o irmão d'um dos officiaes e o Bom Rei não consentia que á sua meza e stivesse sentado um homem servido por um outro, filho do mesmo pae e da mesma mãe.

Bem empregada memoria a d'Aquelle Bondoso e Talentoso Principe de Bragança ! Que perfeita harmonia era a do seu poderoso cerebro com o seu coração formosissimo !

Lisboa, 1-2-1925.

Thomaz de Mello Breyner.

CONDE DE MAFRA

A democracia é de muito comer. Por isso Gambetta prevenia a França de que a republica lhe não sahiria barata.

Ramalho Ortigão.

O Rei morreu. Viva o Rei!

O duplo assassinio de El-Rei D. Carlos e do Principe Real D. Luiz Filippe foi um crime colectivo. E porque o foi, a nação inteira está soffrendo os efeitos e a punição d'esse delicto abominavel. Justiça de Deus!

Assim succede sempre.

Na Russia dos Czares, foi dada morte violenta ao Imperador Nicolau e a toda a Familia Imperial, como tambem em tragica morte havia succumbido, annos antes, o Czar Alexandre II. — Considere-se o que tem sido e está sendo, sob o jugo tôrpe dos bolcheviks, o duro castigo do antigo Imperio de Ivan o Terrivel, de Pedro o Grande, de Catharina II!

Ha vinte e cinco annos, em Belgrado, n'uma noite sinistra, um bando covarde de officiaes do estado-maior, da guarnição militar da capital da Servia, invadiu, em tumulto, o Konak e trucidou o Rei Alexandre e a Rainha Draga. — Não ha desgraça que, depois d'esse attentado infame, não tenha pesado, com mão de ferro, sôbre essa nação infeliz! Desde o desprezo das outras nações, ás guerras mortíferas, desde as revoluções constantes, á negra miseria, todos os infortunios teem affligido o povo servio.

Pouco depois do assassinio de El-Rei D. Carlos e do Principe D. Luiz, n'um recanto pittoresco e delicioso da Floresta Negra, um inglez, com quem ali convivi, aprumando a sua estatura de gigante e afagando as longas barbas brancas, que se lhe espalhavam sôbre o peito, interrogou-me, um dia, com curiosidade intensa, sôbre os pormenores do regicidio. Referi-lhe o que sabia. Ouviu-me com recolhimento e com manifesta magoa. Depois, vagarosamente, affirmando que me não queria melindrar, proferiu estas palavras, que, para sempre, se me gravaram na memoria:

— Sinto muito dizer-lhe que, depois do regicidio, o seu paiz ficou sendo considerado, cá fóra, pelas outras nações, muito abaixo da Servia!

Soffri, ao ouvil-o, a dôr aguda e violenta que deve causar uma punhalada em pleno peito.

* * *

Só depois de muitos annos passados, extinctas duas ou tres gerações, virá a fazer-se a historia exacta do crime do Terreiro do Paço. Por ora, é cedo para se tentar essa empreza, e até para se desfazerem atoardas e mentiras, que, á volta do nefando attentado, ahí andam, em livros e jornaes, com fóros de authenticas verdades.

N'um volume publicado ha annos, que é misera alcofa de farraparia, onde o auctor, como um trapeiro á busca de bagatelas e frivolidades, metteu quantos ditinhos, quantas calumnias e falsidades ouviu pelas esquinas suspeitas da politica e do jornalismo, já vi escripto que El-Rei D. Carlos, no regresso de Villa Viçosa, no dia em que á traição foi morto, vinha tão apprehensivo que nem fumou, nem jogou, nem, ao almoço, provou alimento algum.

E' falso.

O Monarcha só começou a mostrar preocupação — disse-m'õ pessoa que vinha na comitiva — depois do descarrilamento do comboio real, na estação de Casa Branca. Até então, riu, fumou, conversou, e, ao almoço, comeu com bom appetite. Tanto isto é exacto, que um dos illustres medicos que assistiram á autopsia do cadaver de El-Rei, me contou que no estomago de Sua Magestade foram encontrados restos de azeitonas, salada e fructas crystallizadas.

Pormenor sem valor? — Tudo o que se prende com os acontecimentos de excepcional gravidade tem importancia para a Historia.

Alterações da verdade, como a que fica apontada, ha muitas, de mais tomo, que importa reduzir ao que são e ao que valem. Só com os annos, porem, esta difficil tarefa se poderá levar a cabo.

Mercê de Deus, já começa a fazer-se luz sôbre a figura notavel de El-Rei D. Carlos, tão vilmente calumniado pelos seus inimigos, que o eram tambem das instituições que Elle nobremente representava.

Um dia ha de chegar em que toda a verdade resplandecerá, brilhante e pura como uma aurora de junho.

Por emquanto, é cedo. Deixemos dormir El-Rei, ao lado do Principe Real, na triste jazida de S. Vicente de Fóra. Ali, n'aquelle recinto funéreo, n'aquella crypta sombria, em que a luz como que entra e se cõa a medo, dentro d'aquellas paredes frias, gélidas, como a morte, que encerram—o grande Rei e o Principe infortunado dormem o somno eterno.

Deixemol os dormir em paz!

Mas não assoceguemos nós. Trabalhemos, sem descanso, para vingar a morte cruel de quem á nação foi roubado pela covardia e pela infamia. Esforcemo-nos por voltar á tradição e ao passado. Restauremos a Monarchia e reponhamos no throno dos nossos Reis o Rei de Portugal.

O Rei morreu. Viva o Rei!

Antonio Cabral.

Que as leis se affirmam pelos principios eternos do bom e do justo, e não perguntarei se estão accordes, ou não, com a vontade das maiorias ignaras.

Alexandre Herculano

Um Rei que não reinou

Carta a M. B.

Falemos, pois, do Príncipe, já que assim o queres. Porque quanto a mim, quer queira quer não queira, cá o tenho no pensamento, a todo o instante. Mas que posso eu dizer-te d'elle que tu não saibas melhor do que eu? Conhecestel-o tão bem, e eu por tão pouco tempo? Como revejo, n'um relance, o passado e o futuro confugindo sobre o doloroso momento que passa! Parecem-me duas sombras que corressem nas azas d'um relampago!

Emfim — morreu. Chamar *tragedia*, injustiça suprema das coisas, ao acto que o arrebatou de entre nós — como tudo isto me parece um simples jogo de palavras! Pois tu não achas que ha coisas que se não deixam exprimir? As energias sociaes, como as energias sismicas, são cegas. A terra freme: arraza indistinctamente. Onde está aqui a logica? Ha um abalo que prostra uma creança boa e sem culpa na morte? E' uma brutalidade que fere tanto o nosso coração como o nosso espirito. Mas nós não passamos de uns bonifrates que o mysterio agita. E eu tenho sempre gravadas na alma aquellas palavras de Hamlet ao seu amigo: — Ha mais mysterios entre o céu e a terra do que os que pode sonhar a nossa philosophia.

Ora calcula tu que eu fui surpreendido pela «jornada terrivel» em meio da leitura do recente estudo que eu conheço sobre Miguel Angelo. Aquelle grande homem que deu o nome a um seculo foi testemunha e actor dos tragicos acontecimentos que tão profundamente agitaram a sua patria. Como não havia de ser o primeiro pessimista do seu tempo e um dos maiores poetas da tristeza humana! Foi elle quem disse: — *Mille piacer non vaglion un tormento!*

Não foi elle quem disse, no seu catholicismo sombrio, que os eleitos do céu eram aquelles cuja morte seguia de mais perto o nascimento? E sabia-o *por experiencia!*

Il dico e so per pruova
Di me, che'n ciel quel solo a miglior sorte
Ch' ebbe al suo parto piu pressa la morte.

Pensamento que um outro irmão da grande confraria da Dôr, o nosso Anthero, traduziu tão nobremente:

Pois não era melhor na paz clemente
Do nada e do que ainda não existe
Ter ficado a dormir eternamente?

Neste ambiente de ideias e sentimentos me veio encontrar o caso innominado. E vi-o, ao nosso Príncipe, de pé, na sua carruagem, imagem viva da maior agonia moral, com o Pai fulminado, ali — esse Pae que elle adorava e que o adorava! E esses segundos sem nome viveu-os essa admiravel creança, alma aberta aos affectos mais delicados, e cerrada, como com portas de diamante, a tudo quanto fôsse violencia ou odio. E comtudo ainda houve Alguem mais infeliz, porque viu mais do que elle — e vive!

.....
Ao correr da penna feri, creio eu, a corda dominante d'aquella alma gentilissima — a doçura. A doçura com um leve resaibo de tristeza. A alguem perguntou elle um dia:

— Pareço-lhe alegre ou triste?

— Um tanto sobre o triste, respondeu-lhe o interlocutor.

— Talvez.

E illustrou a resposta com um sorriso que ia mais longe do que a palavra.

O nome de Pedro V acudiu mais de uma vez, e a mais do que uma pessoa, tratando-se d'elle. E essa approximação lisongeava-o. Era, talvez, um dos seus proto-typos, com o rei D. Duarte, da mesma familia de delicados e melancolicos que consideravam o mando supremo como um calvario.

O seu instinctivo horror pela violencia até o continha nas suas mais vivas admirações litterarias ou artisticas. Aquelle primacial escriptor que em tão alto grau possuiu o condão das lagrimas e do riso, e a quem um lexico opulento e uma grande imaginação verbal conferiram o patriarchado do sarcasmo e da polemica, esse escriptor fascinava-o, mas — como dizel-o — feria-o, amarrotava-o.

Dos escriptores do periodo post-romantico, tres açambarcavam quasi por completo a sua admiração: João de Deus, Anthero do Quental e o Eça de Queiroz de *A Cidade e as Serras*, o Eça que elle conhecia e que era o melhor do Eça, quando o analysta começa a enternecer-se, e o ironista a crer...

.....

Em Herculano via elle a nobre figura que tão de perto conheceu seu tio-avô e tão do coração chorou a sua perda.

O Principe conhecia bem a estatura d'esse que foi, talvez, o maior portuguez do seculo findo. De conhecê-lo a senti-lo e amal-o vae alguma distancia. Transpol-a-hia: as tendencias do seu espirito grave, reflectido e ponderado, garantiam essa approximação. Mas o certo é que *ainda não era tempo*, como dizia o santo condestavel em bem diversa occorrença. Herculano era um antigo e foi-lhe estranha a ternura, ou antes a brandura do espirito. E' um nobre e illustre misanthropo que afugenta os espiritos moços. A ternura da alma essa tinha-a decerto, mas levou-a consigo.

Que elle tinha sérias e pouco vulgares tendencias de espirito, mostrava-o a preferencia que dava a certas leituras. Não ignoras o interesse com que lia, no original allemão, a obra capital de Schmoller, o eminente economista austriaco; e essa original e audaciosa historia da cultura humana de Chamberlain, o Chamberlain allemão tão conhecido pelos seus estudos sobre a esthetica wagneriana, etc.

E a sua grande paixão pelas sciencias naturaes! Era uma herança de familia, como o proprio sentimento da natureza, que n'elle alvoreceu antes do tempo. Os espectaculos que a natureza offerece são regalo da idade madura e da velhice — raro o são da juventude. Aqui, porém, não se dava isso. E entre as reminiscencias dos seus passeios pelo paiz e da sua memoravel digressão pelas colonias Portuguezas (de que fez um *Diario* para seu uso) contavam as que mais consolavam o seu coração de portuguez e o seu entusiasmo de *touriste*. A natureza tropical deslumbrou-o. Trouxe a saudade d'aquelles maravilhosos panoramas — e pensava revivel-os um dia. Como o encantou e o commoveu o spectaculo da nossa actividade colonial!

— Ainda somos *alguem*! Abre-se nos um largo futuro, dizia com grande fé.

E accrescentára que El-Rei o incitára áquella viagem, com estas ou equivalentes palavras:

— Vae. Outro tanto devia eu ter feito.

Não me sae da lembrança a singela narrativa que fazia do seu regresso de Africa. E o alvorôço quasi infantil com que acolheu o annuncio de *terra*!

— Que agradavel, quando essa *terra* é a nossa *terra*! dizia elle.

Essa terra que dentro de tão pouco seria o seu tumulo.

.....

El-Rei D. Carlos tinha, como se sabe, um grande talento artistico. E não era apenas um dilettante, ou um fino entendedor: era um artista de raça.

ACÇÃO REALISTA

O nosso malaventurado Príncipe era um apaixonado da pintura, como da musica. Até que ponto se pode dizer que herdou os talentos paternos? Eis o que só o tempo pode dizer. Gostava de vagabundear com o lapis sobre o papel, comprazendo-se em pequeninas marinhas, *silhouettes* de navios de guerra, ou perfis dos nossos barcos populares, que conhecia na sua infinita variedade. Passatempos innocentes, divagações onde não faltava a elegancia, o gosto que punha em tudo quanto tocava. Porque o Príncipe sabia, como todas as almas candidas e boas, transformar em vivos prazeres os pequenos nada da vida. Como isto, só isto, daria um capitulo!

O Príncipe tinha, ha talvez dois mezes, adquirido algumas publicações d'arte do maior interesse: *Hans Holbein*, de Paulo Mantz; a *Oeuvre de Rembrandt, décrite et comentée par Charles Blanc*; *Vie et oeuvre de Pierre Paul Rubens*; *Vie et oeuvre de Titien*, por Georges Lafenestre.

Em arte andava pelas cumiadas. E se em pintura o interessavam Ticiano, Rubens, Hans Holbein e Rembrandt, entre tantos outros, na musica, graças a disposições congenitalas que faziam d'elle um musico de instincto, e instincto cultivado na melhor disposição, atraía o a formidavel inspiração de Beethoven, sensibilizava o Chopin e levava até aos extremos de um verdadeiro culto o seu entusiasmo por Wagner. E' indiscutivel que sentia a grande arte.

A' semelhança de tantos outros *dilettanti* de raça, não se sentia arrastado pelo que a musica tem de tecnico, e não dispendeu nem dispenderia o seu tempo em cultivar-a como executante. A sua propria memoria musical não tinha nada de notavel, como não se pode dizer que herdasse, fóra ou dentro da musica, a tradicional memoria da sua familia.

Era, artisticamente, uma sensibilidade pouco vulgar, muito accessivel ao grande, ao delicado e ao elegante.

A sua intelligencia, mais firme e precisa do que brilhante, tinha talvez mais de germanica do que de meridional. Era, se assim posso dizel o, muito objectiva e pouco propensa ás abstracções. Avida de factos, de pormenores precisos e incisivos. Esta necessidade de precisão era até precoce e indicativa no seu espirito d'uma maturidade temporã. A preocupação da propriedade no termo. Ha um substantivo e um adjectivo para cada coisa, e só um. Não o dizia um grande escriptor moderno, não sei qual nem onde?

Descrevendo fôsse o que fôsse, era raro que o lapis não viesse completar a palavra, localizando um episodio, um facto, com minucias de topographo. E era um topographo por inclinação, por gosto, dotado de uma excellente memoria dos logares, pertencendo ao grupo que os psicologos chamam dos *visuaes*.

Ainda lembro as impressões que trouxe da sua viagem de estado-maior feita com um grupo de officiaes d'aquella especialidade sob a direcção do actual ministro da guerra.

Impressões como militar, como companheiro de trabalhos, como viajante. O Príncipe era militar de coração, de nascimento, mas era o tambem por espirito, por cultura profissional, que, como se sabe, era dirigida por dois notabilissimos especialistas. Porque nunca será de mais dizer-se que a educação do malgrado Príncipe marca uma era na historia da casa real portugueza. Não sei de nenhuma cuja educação e instrução fôsse tão desvelada, tão completa, tão cuidada. O pensamento de reunir em torno do herdeiro da corôa os melhores elementos, as melhores influencias moraes e intellectuaes, foi um pensamento constante e inflexivelmente proseguido. E tanto esforço aniquilado n'um momento sinistro, n'um episodio terrivel, inexplicavel e para o qual a historia não oferece um precedente!

Educado pela mais incomparavel e desventurada das mães, esse pobre moço, como tantos outros da sua estirpe, teve uma existencia extremamente trabalhosa e não conheceu, não gosou a metade das distracções que conhecem e gosam os filhos da classe media, e até de camadas ainda menos favorecidas.

Occupado nos seus estudos desde as 6 da manhã ás 7 da tarde, apenas com os intervalos necessarios para as refeições e um exercicio physico -- equitação, esgrima, tennis,

tanto o Principe como o actual Rei só tarde frequentaram os espectaculos publicos. Se bem lembro, El-Rei D. Manuel assistiu pela primeira vez a um espectáculo pela vinda da orchestra de Berlim a S. Carlos. ha uns 6 annos.

E assim as alegrias mais simples, as diversões mais banaes encantavam o nosso Principe, creado n'aquella *douceur sévère* de Montaigne que não exclue o carinho — muito longe d'isso! — mas isola de contaminações e livra da jaça o puro esmalte dos prazeres de bom quilate, se os ha n'esta pobre vida. N'esta hora tão escura para todos, manda a piedade — e a verdade — que se diga que os grandes teem privilegios, certamente, mas que não ha mãe ou esposa portugueza que os inveje á rainha de Portugal.

.....

Caracter sem senão, sem uma sombra; profundamente humano e compassivo, a delicadeza mais extrema, não só a exterior, a da educação, que era primorosissima e seduzia toda a gente que se abeirasse d'elle, mas a delicadeza interior, a que vem da alma e se traduz por todas as formas do respeito, da amizade, da generosidade, da sympathia pelos fracos — os humildes, as creanças, — da admiração por todas as superioridades reaes; o horror da violencia e da grosseria, ainda que fosse a violencia ou a grosseria da palavra no dominio da obra litteraria; alma equilibrada e harmoniosa em corpo são e perfeito — a saude, a frescura, a admiravel agudeza dos sentidos, aquelle ar gentil e desaffectedado que o tornavam, no dizer de um dos nossos e seus melhores amigos, um principe como os dos contos das fadas, com *uma estrella na testa*.

Mal diria o nosso amigo e grande artista que terrivel estrella era a do pobre Principe, de gentilissima e imperecivel memoria!

Estrella fatidica que levaria o melhor dos moços e dos principes a ter a morte que costuma dar-se... ás feras!

Contraste horrivel como não poderia sonhal-o um Shakspeare!

M. de Oliveira Ramos

NOTA DA REDACÇÃO — Quando resolvemos dedicar este número á memoria de El-Rei D. Carlos e do Principe D. Luís Filipe, um dos primeiros nomes que nos acudia ao espirito para enriquecer estas páginas da «Acção Realista» foi o do eminente professor Manuel de Oliveira Ramos. Escritor distinto, espirito cultissimo, fôra mestre do desventurado Principe Real e portanto um depoimento interessantissimo nos poderia fornecer sobre a inocente vítima de 1 de Fevereiro.

Um de nós, que mais de perto o conhecia, procurou o illustre professor da Faculdade de Letras e obteve a mais atenciosa promessa. — «No entanto, observou o sr. Oliveira Ramos, sobre esse meu querido discípulo eu nada mais completo posso escrever do que a carta endereçada ao meu amigo Mello Breyner e que a «Ilustração Portuguesa» inseriu em seu número de 9 de Março de 1908. Porque não a transcrevo a «Acção Realista»? Tem sempre oportunidade, e aceitem-na como se fôsse um original para a vossa revista onde tenho todo o prazer em colaborar».

Damos hoje portanto aos nossos leitores a célebre carta «Um rei que não reinou». Realmente nada se poderá escrever de mais profundo e de mais sentido sobre o Principe D. Luís Filipe de que essas elegantissimas palavras do professor Manuel Ramos. Roubando-as ao olvido de 17 annos, prestamos digna homenagem á memoria gentilissima do desventurado Principe e archivamos uma verdadeira joia litteraria.

ECOS

1 DE FEVEREIRO DE 1903

Faz hoje 17 anos que o grande Rei D. Carlos e o inocente Príncipe D. Luis Filipe foram covardemente assassinados por agentes das associações secretas que atiraram sobre a carruagem que transportava a Família Real como a lóbos!

Qual o crime do Monarca? Qual a culpa da Família de Bragança? D. Carlos pretendeu reagir contra os males da Democracia e então monarquicos liberais e republicanos se juntaram para o combater. A família de Bragança tinha por culpa ser a escolhida de Deus para arcar com as responsabilidades do mando, o mais duro de todos os officios, o de reinar, e porisso a Democracia a expulsou de Portugal.

1 de Fevereiro, dia de Martirio e Expição, Expição duma Raça que chegou ao desvairo de negar o seu próprio destino, de negar Deus. Dia de luto nacional e de comunhão das almas que pretendem redimir a Pátria, a Acção Realista Portuguesa une-se, no seu culto nacionalista e tradicionalista, a todos os que glorificam e choram os seus Reis.

Porisso éla elevou ontem as suas preces, no templo de S. Domingos, pelo eterno descanso das almas das duas régias victimas, e nesta revista comemora a triste data reunindo colaboração de destintos escritores que vêem enaltecer a obra e o coração — ambos tão portuguezes — de El-Rei D. Carlos, do Príncipe, e da Rainha Senhora D. Amélia.

O dr. Pinheiro Torres, o prof. Azevedo Neves, D. Tomás de Melo Breyner, o conselheiro Antonio Cabral, e o prof. Manuel de Oliveira Ramos, com a autoridade dos seus nomes e o brilho das suas penas, vêem depôr nas páginas da «Acção Realista» o preito da sua saudade. Fazemos nessas as suas palavras, e é essa a melhor homenagem que podemos prestar à memoria das victimas de 1 de Fevereiro.

ERNESTO GONÇALVES

Chegou ante-ontem da Madeira o nosso querido amigo sr. dr. Ernesto Gonçalves que vai retomar as funções de redactor principal desta revista.

Um abraço de boas-vindas.

CONFERÊNCIA CAMILIANA

O sr. conselheiro Antonio Cabral teve a gentileza de se colocar á disposição da Acção Realista para realizar uma conferência sobre Camilo

Castelo Branco com entradas pagas, e cujo produto reverta a favor do fundo para o nosso jornal.

Antonio Cabral é dos camilistas mais distintos e mais sabedores, como tem sobejamente provado nos seus trabalhos literarios, de modo que a sua próxima conferência está despertando, é claro, o mais justificado interesse.

Escolheu o nosso illustre amigo para téma da sua oração «As polémicas de Camilo», e a Direcção da Liga Naval pôs gentilmente as suas salas á disposição da Acção Realista.

A conferencia realizar-se-á no próximo sabado, 7, pelas 9 1/2 da noite, e os bilhetes podem ser adquiridos na Livraria Rodrigues, rua do Oiro, na Casa Bertrand, Rua Garret, ou na nossa redacção, Rua da Barroca, 59. sobre-loja.

NO BOM COMBATE

Veiu inscrever-se na Acção Realista Portuguesa o sr. conde de Avilez. Engenheiro agrónomo destinto, moço cheio de fé e do desejo de «servir», a sua inscrição nas nossas fileiras representa a conquista para a boa Causa dum valor da nova geração.

Cumprimentamos o sr. conde de Avilez e esperamos que a sua intelligencia e a sua actividade muito farão em prol da Acção Realista.

Veiu tambem dar-nos a sua adesão, — por intermédio do nosso amigo José Pedro Folque — com o generoso ofrecimento dos seus serviços «para tudo o que for preciso», o sr. Heraldo Ribeiro. Combatente a quem a Monarquia deve grandes provas de dedicação, felicitamo-nos por pode-lo contar entre os nossos camaradas de luta.

A Junta Escolar de Coimbra envia-nos, juntamente com uma grande lista de novos assinantes para esta revista, a inscrição nas nossas fileiras das seguintes pessoas:

D. Diogo de Almeida Azevedo e Vasconcelos (Reriz), do 5.º ano juridico; Bernardo Tavares de Gouveia, engenheiro; Joaquim da Rocha Alves, do 5.º ano médico; Cesar Crespo, comerciante; e José Antonio Fructuoso.

A categoria dos novos inscritos, nomes que gozam da maior consideração na cidade do Mondego, é prova de que a Acção Realista vai conquistando os meios intellectuais e as energias que querem vencer, o que é garantia do seu triumpho.

Cumprimentamos os nossos novos camaradas de Coimbra e contamos com o seu valor no prosseguimento do bom-combate.

CARTA ABERTA AOS MEUS AMIGOS E COMPANHEIROS

IV

ASPECTO ECONOMICO

(Conclusão)

O programa da politica hydraulica abrangeria 2 titulos indicando-se no 1.º as obras para grandes aproveitamentos, que devem attribuir-se á iniciativa technica e financeira do Estado, por abraçarem vastas zonas hydrograficas, e serem inaccessiveis a recursos modestos; e indicando-se no 2.º as obras que pelas suas menores exigencias e alcance devam considerar-se dentro do raio d'acção das Juntas Provinciais, ou de Districto, Municipios, Syndicatos, Federações, etc., com, ou sem direcção technica e auxilio financeiro do Governo.

Não só as aguas superficiaes, mas tambem as subterraneas merecem solitudine. D'essa ultima proveniencia se alimentam em Hespanha cerca de 100 mil hectares. A pesquisa e captação d'aguas subterraneas constituem, nos aspectos hydrologico, e legislativo, secção especial visto a technica propria que requerem, e visto as investigações e obras respectivas, terem em regra mais estreitas relações com a propriedade particular.

A bem de todas estas materias o Governo Nacional empenharia actividades decididas, applicando desde logo o seu esforço impulsor nomeadamente ás obras de correção dos rios Douro, Tejo, Guadiana, Sado e Sorraia, e respectivo aproveitamento d'aguas para fins d'irrigação, hydro electricidade, navegação, beneficiamento de portos, e o mais que convenha.

”

São os adubos chymicos um agente fundamental da Agricultura intensiva, e o seu preço tem repercussão immediata sobre o preço do pão, e sobre o balanço financeiro do Estado. Por isto mesmo o plano de Fomento economico colocaria tal assumpto debaixo da sua directa interferencia, procurando os meios proprios para que o uso d'esses fertilisadores se divulgue largamente, e para que a Nação, a esse respeito, deixe quanto possivel, de ser tributaria do estrangeiro.

Acerca do fabrico d'adubos phosphatados, encontra-se já averiguada a presença da respectiva materia prima em alguns pontos do nosso País. E tambem bastante proximo da fronteira, nas Provincias hespanholas de Caceres e Badajoz, existem grandes jazigos d'excelente phosphato de cal. Essa industria está já introduzida em Portugal. Esperêmos que se desenvolva em harmonia com as conveniencias da Agricultura.

As industrias dos «adubos azotados» (saes amoniacaes e nitratos) fundadas no fabrico do *amoniaco synthetico*, ou na *synthese electrica do acido nitrico*, dependem da fixação do azote atmospherico; e, a seu turno, os processos economicos d'esta fixação dependem da existencia d'energia abundante e barata, como póde ser a energia hydroelectrica.

ACÇÃO REALISTA

A instalação da «Rêde Nacional d'Energia Electrica» liga-se portanto directamente com a introdução das industrias de adubos azotados em Portugal, se essa introdução fôr julgada viavel e economicamente oportuna.

Quanto a «adubos potassicos», vivêmos dependentes dos Países que possuem jazigos de saes d'essa natureza, e que são a Alemanha com as suas minas de Stassfurt, a França que pelo tratado de paz obteve os jazigos da Alsacia, e a Hespanha cujos jazigos da provincia de Barcelona estão em vias d'aproveitamento regular.

Taes são as circunstancias presentes, que o Governo Nacional terá em vista melhorar.

*
Não ha possibilidade d'intensificar a producção agricola, industrial, e mineira, sem a organização paralela d'uma rêde de comunicações ferro-viarias adequada á comodidade da circulação mercantil, e dotada com um systema de tarifas em proporção com o poder pagante de cada mercadoria.

Comtudo, apesar de o Caminho de Ferro ser, como é de facto, o estimulante maximo de todas as capacidades productoras, o nosso País não conseguiu ainda completar, e montar devidamente, a sua rêde ferro-viaria. Uns 3.350 kilometros, que possuímos de vias terreas, equivalem a menos de 4 kilometros, por myriametro quadrado, e a cerca de 610 metros por 1.000 habitantes, o que representa percentagem assaz diminuta. E ainda por cima, ha deficiencias nas condições necessarias para a vazão rapida do serviço, quer dizer no material circulante, instalação das estações e 2.^a Vias.

Cumpre-nos pois fazer um esforço, lembrando-nos sempre de que a nossa frouxidão productôra dimana em parte importante, da falta de transportes economicos. E, visto que se trata d'um serviço publico absolutamente essencial, o Estado deve assumir a dianteira fazendo para isso os necessarios sacrificios financeiros. Sacrificios, aliás, largamente compensados desde logo, mesmo financieramente, pela participação automatica que ao Estado cabe no crescimento da riqueza publica, proveniente da melhoria da circulação.

*
Acha-se a questão da rêde ferro-viaria, e quanto com ella se prende, archiestudada pela nossa illustre Corporação d'Engenheiros, cujos meritos silenciosos mal teem encontrado ensejo para manifestar se por obras dignas do seu alto valor n'um Paiz nas circunstancias de Portugal, tão corroido pela baixa politica, como escasso por isso mesmo de creditos pecuniarios.

Apoiado portanto no Conselho, e actividade d'essas esclarecidas competencias, para tudo quanto se referisse a technica, plano da rêde geral, e construcções de que o Estado por ventura tomasse a iniciativa, só teria o Governo Nacional que preocupar-se com a questão do financiamento, e com a preparação e applicação da formula orgânica e administrativa que mais oportuna lhe parecesse.

O problema geral decompõe-se em duas partes : uma é o acabamento, transformação e renovação da rêde : e a outra, a sua exploração.

No programa da 1.^a parte se abrangeria a construcção d'algumas linhas novas, e a renovação d'outras. E ao mesmo tempo o augmento do material circulante, e o melhoramento de certas instalações. Despeza de vulto, á qual conviria destinar um emprestimo contrahido pelo Estado especialmente para o efeito, e garantido pelas proprias obras. Em-

prestimo que se constituiria em «Fundo de Caminhos de Ferro», entregando a sua gerencia a um «Conselho Superior» ferro viario com certas autonomias juridicas e administrativas. Este Conselho seria o executor directo do plano ferro-viario do Governo Nacional, procedendo a todas as construcções e acquisições quer por administração propria quer por empreitadas, ou por acordos com as Companhias exploradoras, e propondo ao Governo o mais que julgasse conveniente para o desenvolvimento e funcionamento do regimen ferro-viario.

A respeito d'esta 1.^a parte e igualmente a respeito da 2.^a considerariamos Portugal como um todo economico resultante da justaposição connexa d'um certo numero de regiões economicas, as quaes devem ser comercialmente servidas por um certo numero de directrizes principaes de trafego, por onde se escôam as grossas correntes, a seu turno alimentadas por um systema de afluencias transversaes, drenando por completo as zonas tributarias de cada uma das grandes arterias.

Este modo de ver as cousas exclue desde logo, — quanto a Construcção, — o systema pouco racional de lançar desligadamente pequenos ramaes d'objectivos particularistas, e d'interesse limitado e varias vezes problematico. E manda, pelo contrario, que se obedeça a um plano methodico de circulação mercantil, estudado em conformidade com as indicações da geografia agricola, industrial e mineira.

E, — quanto á exploração, — o mesmo modo de ver aconselha que ella seja harmonica, em referencia a toda a rêde, isto é, que presida ao conjuncto a acção coordenadora do Conselho Superior ferro-viario. E ainda na mesma ordem d'ideias, ocorre a vantagem que haveria em estabelecer, por exemplo, uma Exploração 'unificada para o conjunto nacional de todas as linhas de via estreita de cada região economica.

A pratica d'estes principios geraes implicaria certas modificações na situação actual dos Caminhos de Ferro portuguezes.

Por lei, a rêde pertence toda ao dominio publico. Mas no momento presente conforme sabemos, o Estado só tem na sua posse, e exploração, as linhas do Minho e Douro e Sul e Sueste, quer dizer duas quintas partes da rêde, estando as tres quintas partes restantes nas mãos de umas 8 diversas Companhias exploradoras, que se administram com independencia reciproca. O mau aproveitamento do material, o excesso de gastos geraes, e os inconvenientes varios, que resultam d'esta multiplicidade de estados dentro do Estado, são faceis de perceber.

Guardando o respeito devido aos capitaes representados por essas diversas Companhias o Governo Nacional procuraria, [pois, promover, junto ás mesmas entidades, as negociações e os equitativos convenios, que fossem precisos para reduzir as empresas concessionarias da «Exploração de Via larga» a uma só, incorporando-se n'esse agrupamento, unico as linhas do Estado sob determinadas condições e participações; e para unificar tambem em termos convenientes as empresas concessionarias da «Exploração de Via estreita», em cada região economica.

Demais ha que prever as electrificações, quando haja fluido electrico barato, para aquellas linhas, ou troços de linha, em que ellas sejam technicamente recomendaveis.

As estradas, a autocamionagem, e os troços de rios navegaveis, completarão o sys-

tema geral de transportes, a que o Governo Nacional dedicará os indispensaveis meios financeiros, sempre possiveis d'obter para Obras Publicas, quando os requer um Estado com credito, que não é o caso do Estado Republicano mas será o caso do Estado Nacional Manarchico.

*
Valorisação dos dominios Ultramarinos — Ensino tecnico e Investigação Scientifica — Pesca — Expansão do Comercio e das Industrias — Exploração do sub-solo mineiro — Colonisação interna e cultivo de pousios e incultos — Credito e Força motriz — irrigação e drenagem — applicação de machinas, e adubos — arborisação e correcção de rios — melhoramento de comunicações terrestres, maritimas e aereas — e em geral todos os meios que concorrem para a criação de riqueza publica — taes são os objectos que o Governo Nacional propõe á sua propria actividade, e á actividade do País. Programa tão conforme com as nossas proprias necessidades, como adequado ás tendencias geraes da politica internacional que reclama, de cada País em particular, o seu concurso para que se restabeleça, a bem de todos, o equilibrio economico do mundo, profundamente alterado por efeito da grande guerra e subsequentes conflictos sociaes.

A viabilidade d'esse plano economico está ligada inseparavelmente, ocioso será dizel-o, com a implantação, nos termos atraz definidos — das condições politicas e sociaes necessarias, para que haja, com efeito, paz e socego, cooperação e estimulos de trabalho — confiança no Poder Publico, e alliança entre as forças productoras, e as faculdades legislativas, technicas e financeiras do Estado Nacional.

*
Visando directamente o ponto de vista do fomento, essa politica, salutar e salvadora, resolve ao mesmo tempo, por repercussão automatica, a crise do Thesouro Publico, a qual evidentemente não tem solução possivel pelo processo simplista do torniquete systematico, espremendo receitas, carregando adicionaes, e crescendo e multiplicando selagens a taxas.

Mas a iniciação, e fructificação practica, d'essa grande Empreza, organisadora do trabalho e fomentadora da producção, envolve um certo consumo de tempo e alguns capitales de primeiro estabelecimento. Não dispensa pois a concorrência d'um plano de Fazenda.

Tanto mais que é urgente resolver a questão da «Moeda», questão essencialissima, visto que o funcionamento da Producção, do Credito e da Finança, é de todo impossivel, em termos normaes e proficuos, emquanto na base se não coloque a moeda proxivamente firme, referida a ouro, quer dizer um estalão, ou medida certa de valores, por meio da qual, sem riscos nem jogos d'azar, se calculem, e realizem, orçamentos, contractos, emprestimos, lucros e economias, e toda a especie de operações e transacções.

As causas permanentes e profundas da depreciação e instabilidade da moeda são, como todos sabemos, o augmento crescente da emissão arbitraria, e a descoberta, de papel moeda — o deficit da balança de contas — e o descredito do Estado, isto é, a desconfiança, interna e internacional, privada e publica, ácerca da austeridade e capacidade, ou n'outras palavras ácerca da solvencia o poder de pagamento, do mesmo Estado. A raiz da questão está aqui, e não nas especulações que são apenas uma consequencia.

Contra essas causas radicaes dirigiria pois o Governo Nacional os seus esforços immediatos.

A ultima d'ellas — o descredito do Estado — é obra e apanagio pessoal da Republica, e portanto seria eliminada «ipso facto» pelo advento da Monarchia. E o Estado Nacional Monarchico saberá consolidar, e tornar definitiva, essa primeira impressão benevolente, que é de justiça que acompanhe a mudança de regimen.

A' 2.^a das causas — deficit da balança de contas — acudiremos com a intensificação da actividade productora, que suprirá a nossa deficiencia d'ouro metal, com um acrescimo d'ouro-productos, ou, o que é o mesmo, d'ouro trabalho.

A 3.^a tem a sua origem no deficit do orçamento, o qual deve por consequencia ser equilibrado, tendo em vista todavia que não convêm comprometer a expansão economica nem esgotar o contribuinte.

Por outro lado a situação financeira encontra-se gravemente onerada por pezados encargos de divida, e pelo grande premio do ouro, que não só agrava muitíssimo esses encargos, mas, encarecendo as subsistencias, dá logar a uma forte verba de subvenções aos servidores do Estado.

Estâmos pois em frente d'um problema difficil.

Se não gastarmos com o fomento e se apertarmos de mais a pressão dos impostos sobre a Agricultura, Industria e Comercio — é como se matassemos a galinha dos ovos d'ouro. E as receitas viriam mesmo a diminuir apesar do augmento das taxas contributivas. N'esta direcção não se avista o bom caminho. E somos levados por racional exclusão de partes á conclusão de que o equilibrio só poderá conseguir-se pelo córte severo de gastos superfluos ou improductivos. Tanto mais que a restricção n'essa qualidade de despesas tem influencia equilibradôra mais completa, de que o augmento de receitas por augmento de certos impostos, visto que este ultimo processo traz consigo automaticamente augmento do preço das cousas, e por consequencia augmento das despesas do Estado, o que significa que concorrendo de facto para o equilibrio tambem, n'outro aspecto corre para o desequilibrio.

Assim deixâmos claro o methodo que o Governo Nacional adoptaria para equilibrar o orçamento, dentro d'um praso determinado. Não por golpes d'epilepsia, pois não é assim que se procede com eficacia a cirurgias d'esta especie. Mas por *étapes* nos termos d'um meditado plano de Fazenda.

E semelhantemente tambem a «deflação» não seria feita de chôfre mas sim procurando guardar sempre a proporção devida, entre o valor da massa de notas em circulação, e o volume das transacções commerciaes e publicas.

Nem tão pouco se recorreria, para influir sobre a marcha do cambio, a subtilezas, ou expedientes d'ocasião, que não só são inuteis mas contraproducentes, se não começarmos por estabelecer as condições necessarias para a producção natural d'uma moeda sã.

Devendo entender-se n'este capitulo que a moeda d'ouro é um meio, e não um fim. E que o fim verdadeiro é a existencia d'uma moeda estavel, em relação á base ouro, que possa servir para instrumento fixo de medição, tão indispensavel para a vida regular do Paiz, como o metro e o kilograma.

Em resumo o melhoramento da situação tem de canalisar-se n'esses termos, e de

maneira tal que, durante cada phase do escalonamento calculado, a divisa cambial média seja de facto a divisa natural correspondente ás circumstancias da balança de contas, e do orçamento e credito do Estado. Até que se alcance a paridade real, ou, pelo menos, o typo de paridade que legalmente se determine.

E tudo isto só poderá atingir-se por leal colaboração entre os Portuguezes e o seu Governo Nacional.

Este precisa desde logo, sem duvida nenhuma, do apoio e da boa vontade dos possuidores nacionaes da riqueza — agricultores, industriaes, comerciantes e banqueiros, e de todos os trabalhadores em geral.

E com elles conta.

Maiores concretisações ácerca do processo indicado, e das medidas urgentes que as circumstancias exigissem — não tem cabimento n'um escripto d'esta natureza.

A feição geral da crise que atravessámos, todos os Portuguezes a conhecem : Desordem na administração do Estado, envolvendo abusos na aplicação de fundos, e grandes deficits orçamentaes ; alienação de bens publicos ; aviltamento da moeda ; enorme divida fluctuante ; ruina dos portadores da Divida interna ; defraudação no serviço dos «coupons» da Divida externa ; Divida de guerra em aberto ; Thesouro vivendo de expedientes, porque o excesso de despesas improductivas, e a incerteza da moeda, não permitem orçamentos regulares ; perturbada a fundo por estas causas, e outras analogas, a circulação e a vida das actividades productoras e mercantis ; inexistente o Credito portuguez, e postas mesmo em riscos consideraveis as condições da Solvencia Nacional.

A moeda depreciada traduz-se na carestia da vida, cujos apêrtos crescentes as classes medias suportam em cheio, descendo os degraus da pobreza envergonhada, e transpondo mesmo os humbraes negros da miseria. Por falta de recursos, o moral e o physico da raça decahem e degeneram.

E' defeituosa a distribuição da riqueza. E, além de desequilibrio — ha falta de riqueza. O País tomado em globo tem em deficit as suas contas e a sua balança do Comercio. Não se sustenta.

Afrouxaram no entretanto as faculdades de trabalho. Tanto nos serviços particulares como nos publicos, apêla-se para a grêve com frequencia. O Syndicalismo revolucionario com as suas afiliações internacionaes, e processos de violencia, contem um fermento permanente de desinteligencias atrazadoras, e de conflictos da peor natureza.

E, finalmente, a Sociedade, em geral, não póde deixar de sentir, com maior ou menor intensidade, as logicas repercussões do longo periodo revolucionario, que tem vivido, sob a influencia altamente deseducadôra d'umas instituições materialistas, e debaixo do jugo d'uma politica não só facciosa e sectaria, mas contagiada e infectada por infiltrações plutocraticas e atavismos de baixo imperio.

Apezar de ligeiro e moderado, este quadro é suficiente para demonstrar a urgencia de medidas radicaes, que não se limitem a atacar aspectos fraccionarios dos males que sofrêmos, mas que, pelo contrario, penetrem a fundo, e envolvam com um plano methodico todas as faces essenciaes do problema, quer a face politica e social, quer a economica e financeira.

Ainda que a traços breves, expusémos o que nos parece ácerca d'essas questões, deixando no presente capitulo mais ou menos caracterizado o que entendemos por Nacionalismo Economico. O qual, em duas palavras significa a compenetração entre o Estado e a Nação organizada, tendo em vista a prosperidade material do Paiz pela valorisação e circulação de todos os seus recursos utilisaveis, quer da Metropole, quer dos Dominios Ultramarinos.

E' pois o referido Nacionalismo uma associação entre governantes e governados, para fins de renascimento economico.

Mas sendo dous os associados, claro está que o exito da grande Empreza não depende apenas d'um d'elles, mas sim do conjugado esforço d'ambas as partes contractantes. Ou, por outras palavras, para que se realise de facto o renascimento economico, é preciso que elle coincida com um renascimento patriotico, quer dizer com um espirito publico de levantamento e engrandecimento da Patria — espirito militante e efectivo, capaz d'inspirar a todos, por amor d'Ella, a sujeição voluntaria ás disciplinas do Interesse Geral.

Pretender a Salvação do País sem que todos contribuam para o objectivo commum, é evidentemente um absurdo.

O Governo Nacional dá por sua parte uma politica d'Estado moldada exclusivamente segundo as exigencias do Bem Publico ; e apresenta o seu programa economico e financeiro, e a sua formula de colaboração e d'auxilio á economia geral.

Mas por seu lado a Nação organizada tem que participar consciencientemente na resolução do problema Nacional, com o seu apoio politico e militante, e com a colaboração efectiva da sua boa-vontade, do seu trabalho e dos seus capitaes.

Como outra qualquer, a Empreza de que se trata, requer financiamento.

O Governo Nacional saberá organizar os seus serviços de forma que a vida ordinaria do Estado seja paga com as receitas ordinarias do imposto, sem recurso a emprestimos, e muito menos a expedientes.

Mas seria illusoria a crença de que é possivel normalisar a actual situação financeira e iniciar sobre o terreno um plano de Fomento Economico sem recorrer ao emprestimo.

A enxada ninguem a condemna, porque um dia serviu acaso para cometer um crime.

Conduzem á bancarrôta os emprestimos taes como a Republica Portugueza os tem contrahido.

Podem e devem conduzir a porto de salvamento, conforme alguns exemplos internacionais o estão demonstrando — os emprestimos de reconstituição Nacional.

Por sua propria essencia, o Nacionalismo Economico, embora não repudie, e antes pelo contrario deseje e aceite a colaboração de capitaes estrangeiros — coloca todavia no primeiro grau da sua preferencia, o trabalho nacional, e os capitaes nacionaes, para a construcção patriotica a que nós todos, Portuguezes, temos que lançar os hombros com urgencia.

D'esses capitaes nacionaes, alguns se encontram expatriados n'um exilio voluntario. Não se negarão elles comtudo a regressar, e a entrar na fileira da obra commum, quando o relógio dos destinos marque finalmente a tão desejada hora do resurgimento nacional.

H. de Paiva Couceiro.

Acção Realista Portuguesa

A magnifica jornada de 25 de janeiro em Coimbra

Não se criou a Acção Realista para fazer platonicas afirmações de princípios e permanecer depois inactiva à espera que os seus adversários lhe venham trazer de presente a realização das suas doutrinas. A Acção Realista Portuguesa impôs-se a si própria o dever de propagar os seus ensinamentos e de lutar pela sua efectivação por todos os meios lícitos, sendo dos que lhe merecem menos atenção os chamados meios legais. No entanto eram legais e bem legais os processos de que ela usou para levar até Coimbra, a cidade intelectual por excelência, a afirmação da sua vitalidade e da sua fé, e apesar disso...

Vivemos ainda em plena demagogia e se ela ultimamente não se tem manifestado como ha anos, é porque os elementos de ordem não tem usado dos seus direitos mais comeseinhos, como, por exemplo, o de promover uma conferencia sem caracter político, como a do dia 25 de janeiro em Coimbra. Logo que a «reacção» acordou e se dispôs a fazer ouvir a sua voz, eis que as alfurjas que sustentam o regime se põem de novo em movimento com o seu cortejo de perseguições, de violencias, de crimes, como nos primeiros tempos da Republica. Mas é preferivel assim, desmascarada, para não deixar illusões que convêm ás consciencias duvidosas. Ergamos a Nação em face da anti-Nação, não deixemos esta criar raizes, e abramos a luta sem tréguas com a certeza de vencer. E' o que está tentando fazer a Acção Realista Portuguesa; e assim a Junta Escolar universitaria da Acção Realista em Coimbra tratou de promover uma sessão num teatro daquela cidade, que constituisse uma bela afirmação de intelligencia e de vida da mocidade portuguesa.

Para isso convidou a irem áquella cidade o sr. dr. Alfredo Pimenta, fazer uma conferencia, e o sr. conselheiro Antonio Cabral a presidir a ela. Aceite o convite, aquele nosso illustre amigo escolheu para tēma da sua oração «A missão actual da Universidade de Coimbra».

No rapido do dia 25 de janeiro partiram para a cidade do Mondego o conferente, o conselheiro Antonio Cabral, e representando os corpos dirigentes da Acção Realista, os srs. conde de Suncena (José), drs. Alberto Reis, Caetano Beirão e Fernando Campos, e o delegado da A. R. P. no Porto, dr. Antonio de Valadares Botelho.

Foi a primeira jornada da Acção Realista, esta sua ida a Coimbra, mas foi uma jornada magnifica, que marcou como afirmação da vitalidade do nosso movimento.

Quando a Junta Escolar da Acção Realista annunciou a conferencia do sr. dr. Alfredo Pimenta e colocou na Baixa «placards» convidando a academia a comparecer no teatro Sousa Bastos, os republicanos mandaram imprimir e distribuir avisos com «significativos» dizeres ameaçando o conferente e prometendo que a sessão não se realizaria.

Não se intimidou porém a briosa academia coimbrã e apenas tomou algumas prevenções para qualquer desacato.

Dois automoveis foram esperar o conselheiro Antonio Cabral, o conferente e as outras pessoas que de Lisboa os acompanhavam, á estação velha, indo neles todos os membros da Junta Escolar, srs Luis de Souza e Vasconcelos, Bento Caldas, João Lumbrales, Luis Pina, Vasco Mourão, João Calixto e Julio Calheiros.

Ouviram missa os visitantes, almoçaram no hotel e dirigiram-se nos automoveis para o teatro sem que se tivesse dado o menor incidente.

O «Sousa Bastos» repleto, com as portas abertas ao publico que já não cabia na sala para assistir á sessão. Nos camarotes, muitas senhoras, lentes e outras pessoas de representação A plateia coalhada de estudantes.

Convidado a presidir á sessão o sr conselheiro Antonio Cabral, recebido com muitas palmas, escolheu para secretarios os membros da Junta Escolar, srs. João Calixto, do 5.º ano medico, ex-official do exercito e preso político, e João Pinto Leite (Lumbrales), do 5.º ano juridico.

O sr. conselheiro Cabral. agradeceu o convite para presidir áquella sessão e recordou o seu tempo de Coimbra, onde vem sempre com alegria, e a melancolica tristeza da sua saudade. Refere-se ao conferente com palavras de simpatia e apreço e evoca a figura do grande navegador Vasco da Gama, salientando a coincidência daquela conferencia com a Consagração Nacional da grande figura historica.

Alfredo Pimenta, começa por prestar homenagem de respeito e saudade aos que foram seus mestres, e cumprimenta com os protestos da mais profunda admiração, os actuaes professores e academicos ali presentes, saudando por essa maneira a velha e gloriosa Universidade.

Entrando no assunto da conferencia, afirma a carencia de espirito critico entre nós, razão fundamental da crise intelectual e artistica que em Portugal se observa.

Garante ser menos perigoso a ignorancia absoluta, do que a media cultura toda feita de vulga-

risação científica viciada, a qual encontra nas inteligencias medias, influenciadas pelo ambiente social, instrumentos apaixonados duma obra de desequilibrio e abalo nacional muito para reccar.

Porém, ele está falando a auditorio de nivel mental superior a quantos em Portugal facilmente se possam reunir.

Por isso, e porque garante a sua coerencia moral com a linha ascensional da sua cultura, ele diz ao auditorio que este lhe faça justiça de aceitar e guardar as suas afirmações como expressão sincera e nobre dalgum que sendo humilde não procura conquistar nem simpatias nem votos para montagem da sua situação material.

Pobre como é, como foi sempre e como espera continuar a ser, tem no entanto, o orgulho da sua intelligencia independente.

Por isso, ele diz à assembleia com solemne sinceridade, que as causas primordiais da crise nacional se encontram, na desorganisação da familia, e no enfraquecimento da força espiritual da Igreja.

E assim, ele pede aos jovens ali presentes, que uma vez nas suas profissões socialmente superiores, divulguem com nobre exemplo do seu proprio lar, a verdade e a excellencia de tão boa doutrina (*multas ovações*). E afirma :

— «Os dois polos de toda a educação moral são a Família e a Igreja Católica».

Nesta altura, quando toda a sala aplaude delirantemente o orador, um pequeno grupo de individuos que se achavam nas galerias irrompeu em pateada. Era o «signal»... Uns discolos que se encontravam no largo, entraram no teatro aos «morras» á Religião. á reacção, ao conferente, etc. Com bengalas batiam nas portas e no chão enquanto uma estrondosa salva de palmas victoriava o conferente e as suas afirmações.

Como o tumulto continuasse e os manifestantes ameaçassem descer á plateia, um estudante ergueu-se sobre uma cadeira e gritou :

— «Isto não é apenas uma ofensa ao sr. dr. Alfredo Pimenta, é tambem um insulto á academia!»

Então, das frisas, do palco, da plateia, levanta-se um magote de «capas e batinas» que expulsa da sala os provocadores. No atrio e na rua trava-se grossa pancadaria. Mas os discolos são obrigados a retirar-se continuando a sessão entercortada apenas de «vivas» e «morras» dados na rua.

Prossegue de novo o orador no tema da con-

ferencia, principiando a apreciação das tres Universidades Portuguesas e salientando o valor inconfundivel da de Coimbra, sem desprimor para nenhuma das outras. Enaltece o labor filantropico dos seus sabios e o espirito de solidariedade e camaradagem dos seus alunos, por entre expressões enternecidas de admiração para este encantador e inegalavel meio universitario.

Os «amigos da Servia» entretanto foram buscar «reforços» e tentaram invadir novamente a sala. No novo tumulto que se desenvolveu ficou ligeiramente ferido o presidente da Junta Escolar, nosso amigo, sr. Luis de Sousa e Vasconcelos. Mas a conferencia prosseguiu até final.

A' saída, porém, os arruaceiros esperavam poder agredir o conferente e as pessoas que o acompanhavam. Elevavam-se os «vivas» e os «morras» e as imprecações. Mas, a policia resolveu-se a comparecer e intervir porque os discolos das associações secretas ameaçavam levar longe de mais o sen «frete».

Então o commissario de policia entrou no teatro e convidou o sr. dr. Alfredo Pimenta a seguir com ele até o hotel.

Redobraram as váias e os insultos quando saiu o sr. conselheiro Antonio Cabral.

E assim terminou a sessão no «Sousa Bastos». Mais de 400 exemplares do n.º 15 da «Acção Realista», distribuidos no teatro, esgotaram-se por completo, sendo depois procurados avidamente na cidade.

Os republicanos conseguiram haver alguns e com eles fazer uma fogueira.

A indignação em Coimbra por todas estas violencias era geral.

A' tarde, a Junta Escolar ofereceu um chá na «Central» aos illustres visitantes, e á noite houve um jantar oferecido pela Comissão Executiva da A. R. á Junta Escolar e a mais alguns estudantes, que decorreu no meio de grande animação.

Foram cumprimentar o sr. dr. Alfredo Pimenta a Junta Escolar do Integralismo Lusitano, estudantes republicanos manifestando o seu protesto contra o procedimento dos seus correligionarios, vários lentes e outras pessoas.

Os srs. conselheiro Antonio Cabral, drs. Alfredo Pimenta, Alberto Reis, Antonio Valadares Botelho, e Luis Osorio foram esperados na gare do Rossio por algumas dezenas de pessoas, representantes dos organismos da A. R. P., amigos, etc., que lhe dispensaram uma carinhosa manifestação de simpatia.

As conferências dos srs. dr. Antonio Jardim (Monte São) e Oscar Paxeco

Duas conferências magnificas se realizaram nesta quinzena, nas salas do palacio Murça, promovidas pe'a Junta Municipal de Lisboa da A. R. P. A primeira, do sr. dr. Antonio Jardim (Monte-São) espirito muito culto e orador brilhante que fez uma bela exposição de doutrina, entrecortada de episodios e observações de fino espirito. A outra do sr. Oscar Paxeco, secretario das Juventudes

Monarquicas de Setubal, temperamento de artista e de combativo cheio de fé nas verdades que defende, e cuja palestra, interessantissima, foi um apelo e uma exortação á gente moca de Portugal.

15 de Janeiro; 9 1/2 da noite. Duas salas repletas de ouvintes: sacerdotes, professores, estudantes e operários.

O sr. Ferreira Junior, em nome da Junta Municipal,

convida o sr. dr. José de Arruela a tomar a presidência e lembra quanto lhe devem os monarchicos, que, lançados para as masmorras da Republica, nele encontraram um defensor extrêmo e devotado que por diversas vezes defrontou a demagogia.

Ao assumir a presidência, o sr. dr. José de Arruela convida para secretarios os srs. prof. Vieira de Almeida e João Gonçalves, e pede um minuto de silencio pela memoria de duas figuras marcantes da causa nacional, Anibal Soares e Antonio Sardinha desaparecidos no mesmo dia.

Depois de resada uma oração pelo eterno descanso, na graça de Deus, das almas dos dois illustres mortos, o sr. dr. José de Arruela traça o perfil do sr. dr. Antonio Jardim, a cujo caracter e qualidades de intelligencia presta as suas homenagens.

O conferente, acobido com uma viva demonstração de sympathia, começa por dizer que tomou para tema da sua palestra a palavra *agir*.

— Agir para a formação do espirito monarchico entre nós, agir pela vida da familia, pela da religião pela instrução, pela propaganda individual, e colectiva, intensa e incansavel, a favor de uma organização que levará fatalmente á felicidade e ao bem estar nacionais, isto é, á Monarquia integral.

Fazem rapidas e espirituosas palavras a comparação do país com a monarchia e nos tempos atuais, do governo da Republica, «regimen quasi acéfalo no qual portanto são os pés que governam». (Risos).

Analisa as condições de funcionamentos dos varios poderes do Estado para concluir pela monarchia.

Fazendo da propaganda monarchica, e com energia o conferente afirma que pouco ou nada se tem feito nesse campo.

— O que é preciso—diz—é agir.

Aludindo á imprensa conservadora, destaca *A Epoca*, elogiando a sua obra.

Ocupa-se seguidamente da familia. Diz com energia como a republica tem procurado, com as suas leis nocivas, abalar os seus fundamentos, do mesmo passo que deram origem á desmoralisação social e ao desequilibrio que tudo desorganisa.

Constantemente interrompido por fartos aplausos, o illustre conferente, ocupa-se, após, do problema religioso.

Alude ao formidavel poder civilizador que é a Igreja Católica e afirma que só á sombra da sua moal a familia encontra a estabilidade que deve ter para garantir a ordem social.

Sobre instrução o sr. dr. Antonio Jardim escarpeliza com frases duras sublinhadas com entusiasticos aplausos, a obra da Republica, focando os aspectos perniciosos das medidas que ella tomou neste capitulo.

E conclui:

— Agiremos nós tambem neste campo, procurando por todos os meios ao nosso alcance instruir, derramar a luz da verdade; mostrar com argumentos, com provas, por onde é o caminho seguro para atingir esse nosso fim que comporta em si todas as justas aspirações dentro da hierarquia, essa monarchia tradicional, monarchia dos municipios, das corporações de trabalho, da Inteligencia, monarchia onde todos cabem e podem encontrar a paz a felicidade e bem estar.

Uma trovada de aplausos abafou as ultimas palavras do sr. dr. Antonio Jardim.

O sr. dr. José de Arruela, pronunciando, a seguir, palavras de justiça aos meritos do conferente e da sua palestra, salienta a sua independencia dentro da politica monarchica.

Depois o sr. Leonardo Horta pediu a palavra para frisar quanto de verdade incluem as palavras do sr. Antonio Jardim, que apela á, com a intenção de experiencia, traçando um quadro ligeiramente da situação do operariado que no seio da Igreja poderia encontrar boa satisfação e um fraterno entendimento com outras classes, ás suas aspirações, que *meneurs desvirtuam*, lançando-os na desordem.

O sr. conselheiro Antonio Cabral agradeceu as referencias que lhe dirigiu o sr. dr. Arruela, e, por ultimo, o sr. José Pedro Folque, pediu uma saudade á memoria de Miguel de Faria, soldado da Flandres e valente e fiel soldado da Causa, combatente de Monsanto cujo funeral, realizado naquele dia, constituiria uma grande manifestação de pesar.

Na quinta-feira seguinte, grande público, vendo-se muitas capas e batinas.

Presidiu á sessão o sr. dr. Antonio Jardim que convidou para secretarios os estudantes de direito srs. Isidoro Costa presidente da Federação dos Estudantes Monarchicos e Manuel Burquets de Aguiar.

O conferente da noite, sr. Oscar Paxeco, secretario das Juventudes Monarchicas de Setubal e jornalista, tomou a palavra, saudando com vivo entusiasmo, sublinhado com calorosas palmas, El-Rei D. Manuel e a mocidade portuguesa.

Entrando no assunto da sua palestra, o conferente traça um rapido quadro do século XIX— a que chama o século da estupidez asinina—pondo em foco os perniciosos efeitos das más doutrinas na intelligencia das gerações que o atravessaram.

A experiencia de 80 anos de constitucio alismo— basta—diz o orador—para que os monarchicos não deem um passo com o alvo de substituirem esta republica por uma monarchia semelhante á que cabiu em 1910. (*Muitos aplausos*).

Prossequindo, tomado de alvoroço e entusiasmo, o sr. Paxeco apela para a mocidade de hoje, integrada na boa doutrina e nos bons principios, religiosa e crente, monarchica e nacionalista.

A mocidade ressa, como resaram Frei Nuno de Santa Maria em Aljubarrota, D. Sebastião em Alcacer-Quibir, Cutinho e Cabral, Paes e Beires.

E' dessa mocidade que ha-de sair a monarchia da gente nova de Portugal, em que o orador cre firmemente como em Deus, que ha-de sair o gesto de levantar o pendão das quinas da lama em que jaz.

A republica existe ainda em Portugal diz o conferente—pe a nossa coba dia. (*Muitos aplausos*).

O sr. Oscar Paxeco é de Setubal a que chamam a Barcelona portuguesa. Pois muitas vezes tem recheado com alegria que a gente nova ás oficinas está com a monarchia nova, solidaria com os monarchicos nacionalistas na aspiração de derrubar o monstro verde rubro para restaurar a monarchia tradicional sindicalista. (*Muitos apoiados*).

Faz a apologia de representação de classes e encarece as vantagens duma organização com base nesse principio, termina por tocar os aspectos mais salientes da monarchia integral, onde o operariado

português tem um lugar marcado, em contraste com a escravidão em que tem vivido

Faz o confronto — resumindo as suas linhas geraes — entre as mocidades de hoje e as que atravessaram o seculo passado.

A mocidade das escolas e das oficinas se dirige. Traz-lhe o pregão de revolta e saudá-a com antusiasmo, po que os novos de Portugal nunca soberam fugir aos apelos da raça.

— Soou emfim — conclue — a hora de Redenção. Por Deus, pela Patria e p-lo Rei, reponhamos El-Rei no trono do nosso e seu Portugal. (*Entusiasticos applausos*).

O sr. dr. Antonio Jardim apreciando com palavras de louvor o trabalho do conferente, diz que uma conclusão se pode tirar: é que não ha velhos, nas hostes da Monarchia Nova, pois todos trabaham com a mesma energia e a mesma fé pela redenção de Portugal. (*Muitas palmas*).

Propaganda, organização, acção

Delegados distritais

Temos hoje o prazer de comunicar aos nossos amigos que a Acção Realista conta com mais dois delegados distritais que irão por certo dar um grande impulso ao desenvolvimento da nossa organização na Província. Um é o sr. Luis Chaves, escritor distinto, propagador do nacionalismo integral desde os primeiros tempos do Integralismo Lusitano, e verdadeiro temperamento de organizador. Tomou a seu cargo o distrito de Lisboa.

O outro é o sr. D. José Manuel Barahona (Esperança), a cujas qualidades que o recomendam para tais funções fizemos justa referéncia no nosso n.º anterior, e que aceitou incumbir-se da representação da A. R. P. no distrito de Beja, onde conta enorme influencia.

O nosso movimento vai assim alastrando, caminhando, dominando como uma força invencível que acabará por operar a salvação de Portugal.

A todos os nossos camaradas, a todos os monarchicos das duas regiões recomendamos encarecidamente que se dirijam aos dois illustres delegados para a criação das Juntas concelhias e dos núcleos de freguezia nas suas respectivas terras. Só pela organização conseguiremos vencer.

A «Acção Realista» cumprimenta os seus queridos amigos Luis Chaves e José Manuel Esperança e diz-lhes quanto fica esperando da sua intelligencia e dedicação.

Junta Municipal de Torres Novas

Devido ao dedicado esforço do nosso amigo sr. dr. Antonio Jardim (Monte-São), vice-presidente da Junta Municipal de Lisboa, constituiu-se em Torres Novas, em harmonia com a base V do nosso projecto de organização, a *Junta Concelhia* que ficou composta dos seguintes srs: Presidente — Cap. Jorge Rodolfo de Campos. Vogais — João Gonçalves, proprietario em Assentis). Dr. João S. Gião (advogado proprietario em Torres Nova), Acacio Dias Sirgado (comerciante em Torres Novas), Alfredo Cardozo (comerciante em Torres Novas), Jorge Fonseca (proprietario na Zibreira), Joaquim Nunes Agostinho (proprietario em Assentis), Julio Neto d'Almeida (proprietario no Paço), e João Pereira Marujo Junior (comerciante em Torres Novas).

A dedicação dos nossos amigos dr. Antonio Jardim e João Gonçalves se deve a organização da *Junta Municipal* de Torres Novas constituída por individualidades da mais alta representação no Concelho, como os srs. dr. João S. Gião e Cap. Jorge de Campos que á Causa tem emprestado todo o fervor do seu espirito combativo e da sua fé.

A *Junta* ficou definitivamente constituída no dia 19 de Janeiro, tendo assistido ao acto da posse o sr. dr. Laertes de Figueiredo, secretario Geral da A. R. P.

Núcleo da freguezia de Arroios

Dentre os vários Núcleos paroquiais que se estão organizando em Lisboa, nos termos das «Bases» da Acção Realista Portuguesa, destacaremos hoje o da freguezia de Arroios que tem já constituída a sua Direcção a qual tem desenvolvido uma actividade digna de louvor. Compõem-na os nossos amigos srs:

Presidente: J. M. Serrano Netto; *Secretario*: Raul Ribeiro Fonseca Mendes; *Tesoureiro*: Fernandes Ferreira; *1.º Vogal*: Jorge M. Pereira da Costa; *2.º Vogal*: José Gomes (Ricoça).

A Direcção deste Núcleo tem angariado donativos para a Bolsa da A. R. P., tem obtido muitas inscrições, e fez publicar um pequeno manifesto prova da sua vitalidade e da fé com que trabalha.

Que o Núcleo de Arroios sirva de exemplo aos organizadores das outras freguezias de Lisboa.

Voluntários da A. R. P.

A ideia da criação dum Corpo de Voluntarios da Acção Realista foi recebida com grande interesse não só em Lisboa mas em muitos pontos do país donde nos escrevem pedindo que dêmos rápida realização a esse projecto.

Na capital são já numerosos os voluntarios, inscritos, e de duas cidades da Provincia recebemos informação de se terem já inscrito grande número de pessoas para constituirem núcleos de Voluntarios.

O nosso amigo sr. Luis Chaves está elaborando um estatuto destinado a reger a organização do Corpo de Voluntarios da Acção Realista Portuguesa, de modo a imprimir-lhe disciplina e unidade e a torna-lo uma grande força de propaganda e acção.

LIVROS

AS CARTAS D'EL-REI D. CARLOS AO SR. JOÃO FRANCO — *por Antonio Cabral*

O sr. conselheiro Antonio Cabral, que, apesar da sua idade, guarda um espírito mōço e viril que o trouxe até á Acção Realista e o torna um combatente cheio de ardor e de fé, entendeu não dever conservar-se silencioso perante o celebrado livro do sr. João Franco «Cartas de El-Rei D. Carlos», e, cedendo a instancias de amigos, publicou há pouco um volume a que pôs o titulo que encima esta noticia.

Obra interessante sob vários aspectos, ela vem trazer curiosos depoimentos para a historia do trágico reinado de El-Rei D. Carlos e constitui um novo e brilhante testemunho das qualidades politicas e literarias do seu autor.

O conselheiro Antonio Cabral vio no livro de João Franco alusões agrestes para o seu antigo partido, o progressista, e vem cavalheirescamente defender os illustres homens publicos que o compunham e defender-se a si próprio das estocadas daquele estadista. Fa-lo porém como uma correcção, uma elevação, um aprumo que honram os dois contendores.

Embora declare que hoje já não pensa como pensava, o sr. conselheiro Antonio Cabral coloca-se no ponto de vista da politica da epoca para analizar a obra de João Franco, e então, defendendo o partido progressista, condena a seisão regeneradora e a politica do partido regenerador liberal. O libelo é cerrado, e, se não nos cumpre, numa noticia como esta, analizar o pézo das provas e dos argumentos aduzidos, a verdade é que o estudo da personalidade politica de João Franco e da obra do seu governo é muito completo.

A figura de El-Rei D. Carlos é focada com devoção, e as interessantes cartas do monarca dirigidas a José Luciano de Castro constituem um valioso documento historico a atestar as superiores qualidades de chefe e de Rei da grande vitima da Maçonaria.

Finalmente, nas «Ultimas palavras», o sr. conselheiro Antonio Cabral, com grande justeza e desassombro, que muito honram o seu caracter e a sua intelgencia, proclama a falencia dos principios liberais e a sua fé na restauração de Portugal pela Monarquia tradicionalista, anti-parlamentar.

Emquanto o sr. João Franco parece não ter compreendido o alto significado da sua ditadura e permanece no culto do constitucionalismo *à inglesa*, o nosso querido amigo autor do livro que apreciamos, esse, observa a falencia do idealismo da sua mocidade

e conduz o seu espirito para as verdades sociais e nacionais que o liberalismo tinha ofuscado.

«Eu não penso presentemente como pensava na epoca a que éle se refere, isto é, de 1906 a 1908, quando ainda se não achavam difundidos os principios agora tidos pelos bons patriotas como verdadeiros e sãos. O estudo e a experiencia, fizeram que muito se modificasse o meu modo de ver...» Magnifica confi são esta! E mais adiante, declara: «Eis porque o sistema constitucional, que, entre nós, numa experiencia de perto de oitenta anos, faliu...»

O conselheiro Antonio Cabral, com este seu último livro, conquistou novos louros para a sua vida literaria e elevou ainda mais o seu nome na sua longa carreira politica.

ALGUMAS LENDAS E MONUMENTOS DO ARQUIPELAGO DA MADEIRA—*pelo Visconde de Porto da Cruz*

O nosso amigo, sr. Visconde do Porto da Cruz acaba de publicar, a sua comunicação feita á Associação dos Arqueologos Portugueses, intitulada «Algumas lendas e Alguns Monumentos do Arquipelago da Madeira».

Os capitulos da interessante monografia são os seguintes, alem de nma introdução: *A lenda de Colombo A Cidade Encantada, A lenda de Arguim, A Espada de D. Sebastião, A Sé, O Convento das Mercês, A Capela das Atunas e o Bronze da Necropole.*

Em todos éles revela o seu autor apreciáveis qualidades de investigador, trazendo para a posteridade historica preciosos elementos de etnografia regional que nos apraz registrar como contribuições de valor que efectivamente são. De resto, só o sr. Visconde de Porto da Cruz no-las poderia fornecer porquanto na sua maioria as lendas que neste livro revivem dizem respeito aos seus antepassados e são preciosidades que a tradição da sua familia trouxe até á historiografia hodierna.

Felicitemos este nosso amigo pelo interessante trabalho.

REVISTA DE GUIMARÃES

Temos recebido os ultimos números desta excelente publicação, órgão da Sociedade Martins Sarmiento, que se edita em Guimarães. O prestigio desta revista já está firmado por muitos anos de publicidade.

Publicações aconselhadas

- Marquez de Penalva — *Dissertação a favor da Monarquia.*
José Agostinho de Macedo — *O Desengano*
José Accursio das Neves — *Cartas de Hum Portuguez aos seus Conciudadãos.*
José Liberato Freire de Carvalho — *Ensaio Historico Politico.*
Dr. Fr. Fortunato de S. Boaventura — *O Punhal dos Corcundas.*
Visconde de Santarem — *Memorias para a Historia e Theoria das Cortes Gerais*
» » » — *Opusculos e Esparsos.*
» » » — *Correspondencia.*
Dr. José da Gama e Castro — *O Novo Principe.*
Alexandre Herculano — *Historia de Portugal.*
» » — *Opusculos*
» » — *Cartas.*
Francisco Antonio da Cunha Pina Manique — *Portugal desde 1828 a 1834.*
Antonio Joaquim de Gouveia Pinto — *Os Caracteres da Monarquia.*
Faustino José da Madre de Deos — *Os Povos e Os Reis.*
D. Miguel Sotto Mayor — *O Marquez de Pombal.*
Henrique de Gama Barros — *Historia da Administração Publica em Portugal nos*
Seculos XII a XV.
Ramalho Ortigão — *Ultimas Farpas.*
A. de Sousa Silva Costa Lobo — *Historia da Sociedade em Portugal no Seculo XV.*
Alberto Sampaio — *Estudos historicos e economicos.*
Oliveira Martins — *Portugal Contemporaneo.*
» » — *Os Filhos de D. João I.*
» » — *A Vida de Nuno Alvares.*
» » — *Dispersos.*
Eça de Queiroz — *Uma Campanha Alegre das Farpas.*
A. Porfirio de Carvalho — *Onde está o Absolutismo?*
J. Fernando de Sousa (Nemo) — *A Religião na Monarquia.*
Fialho de Almeida — *Saibam quantos.*
J. A. da Silva Cordeiro — *A Crise em seus aspectos moraes.*
Henrique de Paiva Couceiro — *A Democracia Nacional.*
Julio de Mello Matos — *Cooperativismo Agrario.*
A. Xavier Cordeiro — *O Problema da Vinculação.*
Hipolito Raposo — *O sentido do Humanismo.*
Alfredo Pimenta — *Politica Monarquica — A questão Monarquica — A Situação Po-*
litica — Comentarios Politicos — A Revolução Monarquica — Cartas Monarquicas — As ba-
sas da Monarquia futura.
Luis de Almeida Braga — *O Culto da Tradição.*
» » » — *O Mar Tenebroso.*
João do Amaral — *Aqui d'El-Rei!*
Fernando Campos — *Os Nossos Mestres ou Breviario da Contra Revolução.*
Caetano Beirão — *Uma Campanha Tradicionalista.*
» » — *A Lição da Democracia.*
José Pequito Rebelo — *Pela dedução á Monarquia.*
» » — *Cartilha do Lavrador.*
Armando da Silva — *A Crise das Democracias.*
Rollão Preto — *A Monarquia é a Restauração da Inteligencia.*
Nação Portuguesa (1.ª série).
A Questão Ibérica.

A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA, o MUNICIPIO e o SINDICATO PROFISSIONAL;**

A constituição dumas **CORTES GERAIS** representativas dos interesses da **IGREJA, da TERRA, da INTELIGENCIA e da PRODUÇÃO;**

UM REI que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSÁVEIS PERANTE ELE;**

Uma **MONARQUIA**, enfim, liberta de todas as mentiras democraticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL.**

Monarquicos! Inscrevei-vos

na

Acção Realista Portuguesa

Rua da Barroca, 59, s/loja — LISBOA